

A SITUAÇÃO DO PORTUGUÊS NO CONTEXTO MULTILINGUE DE MOÇAMBIQUE

Gregório Firmino¹

1. Introdução

O presente artigo pretendo apresentar o caso do português em Moçambique, colocando alguns subsídios que possam explicar o processo da sua implantação neste país. O seu objectivo essencial é argumentar que, em consequência do tipo da sua implantação histórica desde o período colonial até o período actual, esta língua está num processo de nativização que a torna, entre outros, um dos legítimos recursos linguísticos que os cidadãos podem manipular nas suas actividades diárias. Contudo, avançar-se-á também com o argumento de que a nativização do Português, que encerra a sua nacionalização e também oficialização, do Português é, em si, um processo contraditório, por conduzir à projecção de uma nação-estado unificada, ao mesmo tempo que acaba tendo efeitos de exclusão social, face às características da diversidade linguística prevalente em Moçambique. Deste modo, nesta comunicação tentaremos também mostrar que o impacto da implantação do Português em Moçambique, mais do que uma solução aos problemas linguísticos do país, é um desafio para uma política linguística nacional que tente acomodar interesses intranacionais ou regionais/internacionais. Para o efeito, a discussão começara com a apresentação da situação linguística de Moçambique, ao que se seguirá a caracterização do processo de implantação do Português. No final, tecer-se-ão considerações à volta dos desafios relacionados com a implantação do Português em Moçambique

2. Situação linguística de Moçambique

Moçambique é um caso típico de um país africano linguisticamente heterogéneo, onde coexistem diversas línguas, nomeadamente, línguas autóctones, de raiz bantu, faladas pela maioria da população, português, diversas línguas estrangeiras e ainda outras línguas de emigrantes oriundos do continente asiático e/ou seus descendentes.

Dada a dificuldade habitual em estabelecer fronteiras linguísticas e os agrupamentos dialectais, a identificação das línguas autóctones revela-se uma tarefa complexa. Guthrie (1967-71), um monumental estudo comparativo das línguas bantu, integrou as línguas faladas no território moçambicano em 4 zonas linguísticas, nomeadamente:

¹ Universidade Eduardo Mondlane. Faculdade de Letras e Ciências Sociais. gregório.firmino@uem.mz

- ZONA G:², com o grupo linguístico G. 40, composto pelo Swahili³;
- ZONA P, com os grupos P.20 (Yao), composto pelas línguas Yao (P. 21), Makonde (P. 23)⁴, Mabiha/Mavia (P. 25) e o grupo linguístico P. 30 (Makua), com as línguas Makua (P. 31), Lomwe (P. 32), Ngulu/ W. Makua (P33) Cuabo/ Cuambo (P. 34);
- ZONA N, com o grupo linguístico N. 30 (Nyanja), com as línguas Nyanja (N. 31a), Cewa (N. 31 b), Mananja (N. 31c) e o grupo linguístico N. 40 (Senga-Sena), composto pelas línguas Nsenga (N. 41)⁵ Kunda (N. 42), Nyungwe (N. 43), Sena (N. 44), Ruwe (N. 45), Podzo (N. 46);
- ZONA S, com o grupo linguístico S. 10 (Família Shona), com as línguas Korekore (S. 11), Zezuru (S. 12)⁶, Manyika (S. 13a), Tebe (S. 13b), Ndau (S. 15), o grupo linguístico S. 50 (Tswa-Ronga), com as línguas Tswa (S. 51), Gwamba (S. 52), Tsonga (S. 53), Ronga (S. 54) e o grupo linguístico S. 60 (Chopi), de que fazem parte as línguas Chopi/Lenge (S. 61) e Tonga/Shengwe (S. 62).

Classificações recentes procuram actualizar os dados compilados por M. Guthrie, incluindo novas línguas, apresentando uma nova perspectiva da relação inter-linguística ou inter-dialectal, ou mesmo propondo uma padronização da forma de indicar as diferentes línguas, como se pode notar na tabela de correspondência entre as designações referidas por M. Guthrie (Guthrie 1967-71) e as assumidas no relatório do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997 (Firmino 2000) e nos relatórios do I e II seminários sobre a padronização da ortografia das línguas moçambicanas (NELIMO 1989; Siteo & Ngunga 2000).

Os dados do último censo indicam que as línguas autóctones, nas suas variadas formas, são as mais faladas pela maioria da população moçambicana. Com efeito, considerando os dados obtidos no último Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 1997, que têm em conta os recenseados com mais de quatro anos de idade, as diferentes línguas autóctones, que constituem as línguas maternas para 93% da população, são as usadas com maior frequência por 90% da população. As línguas mais faladas são Emakhuwa, Xichangana, Elomwe, Cisena e Echuwabo, com 26%, 11%, 8%, 7% e 6%, respectivamente, de falantes como língua materna, totalizando 58%,

² Na classificação de Guthrie, cada zona é identificada por uma letra do alfabeto. O grupo linguístico e as línguas são identificados por números que incluem as letras das suas zonas.

³ Nenhuma das línguas/ variedades que M. Guthrie inclui neste grupo é falada em Moçambique. No entanto, existem variedades no país que têm sido relacionadas com o **Swahili**, tais como o **Mwani**.

⁴ Apresentada como sendo falada na Tanzânia.

⁵ Apresentada como sendo falada na Zâmbia.

⁶ Apresentada como sendo falada na Rodésia – actual Zimbabwe.

contra 33% correspondentes às restantes línguas bantu e 6% correspondentes aos Portugêses.

Correspondências entre as diferentes designações das línguas autóctones de Moçambique⁷

GUTHRIE (1967-71)	RGPH (1997)	NELIMO (1989)	Sitoe & Ngunga (2000)	Região onde se fala
Swahili	Swahili	Kiswahili		Cabo Delgado
-	Mwani	Kimwani	Kimwani	Cabo Delgado
Yao	Yao	Ciyao	Ciyao	Niassa
Makonde	Maconde	Shimakonde	Shimakonde	Cabo Delgado
Mabiha (Mavia)	-	-	-	-
Makua	Macua	Emakhuwa	Emakhuwa	Nampula, Cabo Delgado, Niassa Zambézia
Lomwe	Lomwe	Elomwe	-	Nampula, Zambézia
Ngulu (W. Makua)	Ngulu	-	-	Niassa
-	Koti	Ekoti	-	Nampula
-	Marendje	-	-	Zambézia
Cuabo (Cuambo)	Chuabo	Echuwabo	Echuwabu	Zambézia
-	Nyanja	Cinyanja	Cinyanja	Tete, Niassa
Kunda	Kunda	-	-	Tete
-	Nsenga	Cinsenga/Nsenga	-	Tete
Nyungwe	Nyungwe	Cinyungwe	Cinyungwe	Tete
Sena	Sena	Cisena	Cisena	Sofala, Manica
Podzo	-	-	-	Sofala
Shona Cluster	Shona	Cishona	-	Sofala, Manica
Korekore	-	-	-	Manica
Tebe	-	Citewe	Ciutee	Manica
Ndau	-	Cindau	Cindau	Sofala
Rue	-	Cibalke	Cibalke	Manica
-	-	-	Cimanyika	-
Tswa	Tswa	Xitshwa	Citshwa	Inhambane
Gwamba	-	-	-	-
Tsonga	Tsonga	Xitsonga/Xichangana	Xichangana	Gaza
Ronga	Ronga	Xironga	Xirhonga	Maputo

⁷ A tabela inclui as línguas reconhecidas por cada uma das fontes como sendo faladas em Moçambique

Copi (Lenge)	Chope	Cicopi	Cicopi	Inhamabane
Tonga (Shengwe)	Bitonga	Gitonga	Gitonga	Inhambane
-	Zulu	Zulu		Maputo
-	Swazi	Swazi		Maputo
-	Phimbi	Phimbi		Tete

As línguas autóctones são amplamente usadas na comunicação quotidiana intra-étnica, nas zonas rurais, quase exclusivamente, e nas urbanas, juntamente com o português. Não se lhes reconhece nenhum estatuto oficial explícito, embora inúmeros discursos oficiais e/ou públicos se refiram à sua importância, principalmente na sua condição de repositórios da herança cultural moçambicana.

Embora o movimento populacional, principalmente as migrações internas em direcção aos grandes centros urbanos origine aglomerados linguisticamente heterogéneos, as diferentes línguas autóctones associam-se a regiões específicas do país. Em consequência desta distribuição regional, nenhuma das línguas autóctones cobre todo o território nacional, sendo por isso que não se reconhece uma *lingua franca*, para além do português, que apesar de não ser conhecido por todos os moçambicanos, ainda assim é a língua com falantes distribuídos por todo o país, principalmente nas camadas escolarizadas. Por exemplo, o Makua, língua autóctone mais conhecida, é falada no Norte de Moçambique, na Província de Nampula e parte das de Cabo Delgado, Niassa e Zambézia. Nas restantes partes de Moçambique o uso de Makua não tem muita expressão. Por outro lado, o Tsonga, predominante no sul, apenas é amplamente falado nas províncias de Gaza e de Maputo

Os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997 revelam que o conhecimento da língua portuguesa se circunscreve a uma parte reduzida da população de Moçambique. O português é conhecido como língua materna por 6.0% e usado como língua falada com mais frequência apenas por 9.0%, embora 39.0% dos inquiridos tenham declarado que o sabiam falar. A maioria destes falantes localiza-se em zonas urbanas, pertence ao sexo masculino e é jovem. Com efeito, de acordo com os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997, nas zonas urbanas, a maioria sabe falar a língua portuguesa (72.0%), contrariamente às zonas rurais, onde a maioria não sabe falar a língua portuguesa (73.0%).

No que diz respeito ao conhecimento da língua portuguesa como língua materna, há uma ligeira ascendência dos homens sobre as mulheres. No grupo dos que indicaram o

Português como sua língua materna, a maioria são do sexo masculino (56%, contra 44% do sexo feminino). Do mesmo modo, no grupo dos que declararam que sabiam falar a língua portuguesa, 55.0% se localizam nas zonas urbanas e apenas 45.0% nas rurais, ao mesmo tempo que a grande maioria dos que declararam que não sabiam falar a língua portuguesa (86.0%), se localiza em zonas rurais. Os dados indicaram também que a maior proporção de recenseados cuja língua materna é a língua portuguesa situa-se na faixa etária dos 10 a 20 anos, decrescendo gradualmente entre a população mais adulta, à medida que sobe a idade. Entre recenseados com 50 anos ou mais, o conhecimento da língua portuguesa pode-se considerar como insignificante.

**Conhecimento e uso da Língua Portuguesa
RGPH/97**

Local	Língua Materna (%)	Língua falada com mais frequência (%)	Sabem falar (%)
Moçambique	6.0	9.0	39.0
Província de Cabo Delgado	2.0	2.0	22.0
Província de Niassa	4.0	6.0	31.0
Província de Nampula	6.0	6.0	29.0
Província de Zambézia	5.0	7.0	32.0
Província de Tete	3.0	4.0	23.0
Província de Manica	4.0	6.0	38.0
Província de Sofala	10.0	15.0	48.0
Província de Inhambane	3.0	4.0	47.0
Província de Gaza	3.0	4.0	42.0
Província de Maputo	13.0	18.0	68.0
Cidade de Maputo	25.0	36.0	87.0

Em Moçambique, o português foi adoptado como língua oficial. Sob o ponto de vista ideológico, o português é também concebido como símbolo de unidade nacional, transcendendo, assim, no discurso oficial a sua conotação de língua colonial.

Em Moçambique existem bolsas de falantes de outras línguas de origem estrangeira, que não sejam o Português, principalmente o Inglês, e outras de origem asiática, como Hindi, Urdu ou Gujrati. O inglês é falado com e pela comunidade de estrangeiros ligada a organizações internacionais e embaixadas, embora, devido aos contactos com os países limítrofes, como a República da África do Sul, haja muitos moçambicanos que usam frequentemente esta língua. As línguas de origem asiática são faladas entre membros da comunidade de emigrantes oriundos principalmente da Índia e

Paquistão ou seus descendentes. Uma vez que ainda não há dados adequados para se dimensionar o impacto destas línguas de origem estrangeira, não se poderá tecer grandes considerações à volta do seu impacto.

3. Implantação do português em Moçambique

A fase pré-independência

As condições que conduziram ao uso amplo do português em Moçambique estão directamente relacionadas com transformações políticas, económicas e culturais que se seguiram ao estabelecimento do Estado colonial depois da assinatura do Pacto de Berlim em 1885. Como consequência das obrigações decorrentes deste pacto, as autoridades portuguesas mudaram a sua postura colonial, empreendendo acções visando a imposição do seu domínio e exploração das potencialidades de Moçambique (cf. Newitt, 1995, pp. 415-416). As autoridades coloniais promoveram um conjunto de reformas que incluíram uma legislação laboral para atrair investimento através da oferta de mão-de-obra barata (Newitt, 1995; Penvenne, 1995, p. 3) e a reorganização da administração colonial. Em 1902, a cidade de Lourenço Marques, agora Maputo, tornou-se a capital da colónia, em consequência do reforço dos laços económicos com a vizinha África do Sul (Newitt, 1995, p. 382), o que foi acompanhado pela instalação de uma máquina burocrática para apoiar o Estado colonial e as actividades económicas agora intensificadas pelos contactos com este país.

Os primeiros sinais do uso do português por parte da comunidade africana surgem com a designação de Lourenço Marques como capital da colónia de Moçambique. Como indica Penvenne (1992), o crescente sector capitalista em Lourenço Marques, atestado pela expansão do complexo portuário, implantação da burocracia estatal e desenvolvimento do comércio internacional, não podia prescindir do uso de elementos da população local, dada a exiguidade de colonos portugueses. O sistema colonial implantado exigia não só comerciantes locais, artesãos e produtores de artigos de consumo, como também o treinamento e educação baratos de mão-de-obra especializada que pudesse tornar as instituições burocráticas e comerciais funcionais. Assim, nas primeiras décadas do século passado já havia uma reduzida pequena burguesia africana local com conhecimento do português que, de facto, se estabelecia, se distinguia e se impunha através de aptidões peculiares, que incluíam a escolarização em português e

domínio da língua portuguesa. Esta pequena burguesia africana local era composta por mulatos e negros que, quer através de propriedade, prestígio e redes sociais⁸, quer através de escolarização⁹, conseguiram obter uma condição social estável dentro do sistema colonial, trabalhando principalmente como burocratas ou empregados de escritório. Estes indivíduos eram legalmente considerados não indígenas ou assimilados, o que significa que eram tidos como cidadãos portugueses. Uma vez que a condição fundamental para a aquisição do estatuto de não indígena ou assimilado era o domínio do português, a política assimilacionista estabeleceu um precedente: a emergência de uma ideologia social que relacionava mobilidade social no seio da população autóctone com o conhecimento de português. Por outras palavras, a língua portuguesa tornou-se numa forma de capital social directamente ligada aos sistemas simbólicos, ideológicos e económicos que controlavam a mobilidade social e relacionavam as habilidades pessoais com a estratificação social dentro da colónia¹⁰.

Depois do estabelecimento do Estado Novo em Portugal até 1975, quando se deu a independência, Moçambique conheceu um novo ímpeto na expansão das actividades económicas que alargou o sector burocrático e promoveu a imigração de colonos portugueses. As consequências linguísticas desta política foram significativas. Devido ao tratamento especial de que beneficiavam os colonos portugueses, os nativos, alguns escolarizados e com formação profissional, começaram a enfrentar uma competição desleal no trabalho, devendo, em muitos casos, provar uma superqualificação para poderem obter emprego satisfatório. Um dos indicativos desta superqualificação era o conhecimento de português, o que pode significar que a associação entre o português e a

⁸ Penvenne (1992) indica que «the privileges which accrued to the Afro-European elite of late nineteenth century Lourenço Marques were due to the fact that some very important and wealthy African women lived with or married some equally influential and wealthy Europeans. By the turn of the century, their children comprised the city's only settled middle class. They were able to exploit the property, prestige and social networks of both their African and European families and prospered until white families began to settle in significant numbers» (p. 2).

⁹ No fim do século passado, à medida que mão-de-obra escolarizada se torna necessária, as autoridades portuguesas reconheceram que algumas oportunidades educacionais deviam ser concedidas aos não indígenas nas cidades. Em 1907 passou-se legislação que deu poder ao governo local para velar pelos padrões de ensino em todas as escolas privadas e estatais. Os professores e os livros escolares deveriam merecer a aprovação das autoridades locais e o ensino tinha de ser ministrado em português. As línguas locais apenas poderiam ser usadas durante um período transicional de três anos, depois do qual somente o português deveria ser a língua de ensino (Helgesson, 1994, p. 125). O ensino nunca podia ser ministrado em nenhuma outra língua europeia senão o português.

¹⁰ Há, porém, evidências que apontam para o facto de esta geração da classe média africana ter sido bilingue, dominando o português e uma língua local, presumivelmente o xironga. Dados os laços com a África do Sul, muitos membros desta classe média também tinham domínio do inglês, predominantemente entre os educados nas escolas missionárias. Note-se o caso de João Tomás Chembene, o primeiro líder do Congresso Nacional Africano de Moçambique, fundado nos anos 20. De acordo com R. B. Honwana, tratava-se de um indivíduo escolarizado com perfeito domínio de inglês e português. Outros casos incluem Brown Paulo Dulela, que trabalhou para a Fábrica de Cimentos do Lígamo e foi o primeiro presidente do Instituto Negrófilo (mais tarde Centro Associativo dos Negros de Moçambique), Jeremias Dick Nhaca e Lindstrom Mathithe (Howana, 1989, pp. 74-75).

mobilidade social acabou sendo reforçada. Isto podia ser observado nas disputas dentro da classe média, à medida que alguns grupos lutavam por terem uma vantagem no competitivo mercado de trabalho. Um aspecto importante destas disputas é que elas seguiam linhas linguísticas, que eram correlacionadas com outros factores, tais como o nível de escolarização, etnicidade (exemplo: rongas vs changanas), religião (exemplo: católicos vs. protestantes vs. islâmicos), raça (exemplo: mulatos vs. africanos) e estatuto social/legal (exemplo: assimilados/não indígenas vs. não assimilados/indígenas). Repare-se, por exemplo, no texto seguinte de uma estudiosa da história de Moçambique que se dedicou a este assunto:

A elite de falantes do português de formação católica, por exemplo, olhava para o Estado como patrono, enquanto os seguidores da missão protestante frequentemente falavam inglês como uma segunda língua estrangeira, e procuravam emprego no sector privado em que se usava o inglês. Redes sociais contrastantes exacerbavam as divisões, particularmente em tempos de crise, quando um número demasiado elevado de candidatos qualificados concorria para um número demasiado reduzido de bons empregos. Os católicos sentiam que o Estado lhes devia dar preferência como bons católicos e bons portugueses. Criticavam os protestantes por usarem línguas vernáculas e rejeitavam severamente a comunidade islâmica à qual consideravam «súbditos do Sultão da Turquia» [Penvenne, 1992, p. 8]¹¹.

Assim, durante o período anterior à independência, a aquisição do português pela população africana foi primariamente motivada pela posição que a língua mantinha nos sistemas ideológico, sócio-cultural e económico coloniais, ou seja, a sua associação com a ideologia colonial de «civilização», a actividade institucional e a ascensão social. No entanto, as limitações impostas pelo sistema colonial, que não tinha nem a capacidade nem a vontade de alargar a classe de africanos «civilizados», impediram a sua aquisição por um segmento amplo da população africana, de tal modo que, quando se deu a independência de Moçambique, o português fazia parte do repertório linguístico de um grupo minoritário de moçambicanos, muitos dos quais concentrados nas zonas urbanas. Para muitos desses falantes, o português era uma língua segunda, aprendida formalmente

¹¹ «The Catholic-trained Portuguese-speaking elite, for example, looked to the state for patronage while the Protestant mission constituency often spoke English as a second foreign language, and looked to the English-speaking private sector for employment. Contrasting networks exacerbated divisions, particularly in hard times when too many qualified applicants competed for too few jobs. The Catholics felt that the state owed them preference as good Catholics and good Portuguese. They criticized Protestants for their use of the vernacular, and harshly dismissed the Muslim community as 'subjects of the Sultan of Turkey'» (Penvenne, 1992, p. 8).

na escola e usada frequentemente nos domínios institucionais. Além disso, os falantes do português concebiam-no como uma língua de prestígio.

Como será demonstrado nos parágrafos seguintes, a associação do português com o prestígio e a ascensão social não desaparece com a independência. Mais do que isso, este prestígio foi reforçado pelo facto de o português ter sido envolvido num novo quadro ideológico, que o promoveu e o adoptou como um importante símbolo da unidade nacional e como língua oficial de Moçambique. Como resultado, o uso e os utentes do português expandiram-se.

A fase pós-independência

No Moçambique independente foi conferido o estatuto de língua oficial ao português, o que significa que, tal como no período colonial, continua a ser a única língua usada em funções oficiais. Além disso, o português foi também promovido pelo discurso oficial como língua da unidade nacional. A escolha do português como língua oficial e da unidade nacional era/é previsível, dada a história do seu uso em Moçambique, o tipo de diversidade linguística prevalecente no país, as premissas ideológicas relacionadas com o tipo de sociedade concebida para o país, bem como a necessidade de cooptar as elites na estrutura do poder e nas instituições burocráticas do novo Estado independente.

Como foi demonstrado anteriormente, em consequência da política colonial e da ideologia linguística com que se correlacionava, o português surgiu como uma língua de prestígio associada às actividades institucionais e à mobilidade social. Mais ainda, era também a marca simbólica fundamental da elite escolarizada, independentemente da origem étnica, regional ou racial. Como o funcionamento das instituições nacionais do novo Estado tinha de se basear neste segmento social, que não podia operar numa outra língua senão o português, a oficialização desta língua tem de ser vista como uma consequência natural. De facto, uma vez que as elites eram educadas em português e se comunicavam nas línguas autóctones exclusivamente em ambientes caseiros ou em domínios não institucionais, elas não estavam preparadas para conduzirem actividades oficiais nestas línguas.

Note-se ainda que nenhuma das línguas autóctones com as quais o português competia podia reivindicar uma esmagadora maioria de falantes proporcionalmente distribuídos por todo o território nacional, pelo que a selecção de uma delas poderia minar o projecto da unidade nacional. Com efeito, a oficialização do português está ligada ao

desenvolvimento de um quadro ideológico que associava o português à promoção da unidade nacional e à criação de uma consciência nacional. As primeiras indicações do desenvolvimento de um tal quadro ideológico foram dadas durante a luta armada anticolonial para a libertação de Moçambique, quando o movimento nacionalista FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) decidiu adoptar a língua portuguesa com a finalidade de preservar a unidade entre os moçambicanos de diferentes origens envolvidos na sublevação. Esta decisão politicamente estratégica assinalou a primeira apropriação do português e a conseqüente expurgação das suas conotações coloniais, pois esta língua, que era antes visto pelos moçambicanos como língua colonial, estava agora a servir propósitos anticoloniais. Assim, para compreender a escolha do português em Moçambique é importante perceber que, ao mesmo tempo que o português era ideologicamente um instrumento colonial, surgia, no seio do movimento nacionalista, uma ideologia linguística oposta que conferia à mesma língua um novo significado simbólico. Por outras palavras, o português estava, de facto, a ser concebido como um instrumento da luta anticolonial.

Quando a FRELIMO chegou ao poder em 1975, com a independência de Moçambique, os pressupostos ideológicos que haviam guiado o movimento nacionalista durante a luta armada foram expandidos a todo o país. A principal motivação que levou à adopção do português durante a sublevação anticolonial – preservação da unidade nacional – continuou a ser relevante no processo de construção da nova nação-estado. A FRELIMO concebeu uma nova sociedade, simbolizada, *inter alia*, pela adopção do português não apenas como uma língua de união e promotora da integração social, mas também como um instrumento do progresso nacional. Tal visão é documentada na passagem seguinte da então ministra da Educação e Cultura, extraída do discurso de abertura do I Seminário sobre o Ensino da Língua Portuguesa:

A Língua Portuguesa é o meio de comunicação entre todos os moçambicanos que permite quebrar as barreiras criadas pelas línguas maternas. Através dela, a ideologia do Partido FRELIMO, que encarna os interesses das massas trabalhadoras e exprime os seus valores revolucionários, é difundida e estudada para ser aplicada, orientando o nosso Povo na luta pela criação de uma sociedade justa, próspera e feliz, a Sociedade Socialista. A Língua Portuguesa é também a língua veicular do conhecimento científico e técnico. Na alfabetização de milhares de trabalhadores, operários e camponeses, ela desempenha um papel importante pois fornece os

instrumentos necessários para orientar e controlar a produção, em suma, para melhorar o bem-estar social e material [...] É ainda utilizando a Língua Portuguesa que comunicamos com outros povos do mundo, transmitindo a rica experiência do nosso Povo e recebendo a contribuição do património cultural mundial [in Revista Tempo n.º 471, p. 12].

O facto de o português, a língua do inimigo, ter sido apropriado pela FRELIMO no início da luta de libertação deu uma forte legitimidade à sua adopção no Moçambique independente, sendo, por isso, que a tal adopção não podia, assim, ser percebida, aos olhos do público, como sinal de uma nostalgia colonial¹². Como já se argumentou, «diferentemente de muitos países do continente, a situação da língua portuguesa não é a de uma herança incómoda com carácter provisório enquanto se não encontra uma língua ‘genuinamente’ africana [...] É um projecto que visa anular todas as consequências da arbitrariedade do traçado geográfico do país, dar-lhe uma identidade nacional e uma consciência cultural, através do povo que nele habita» (Rosário, 1982, pp. 64-65).

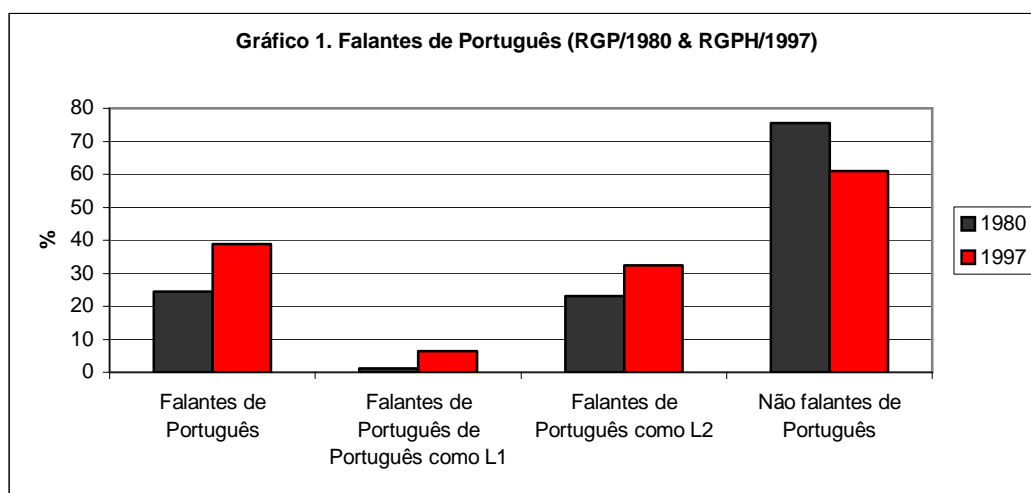
O português tornou-se, conseqüentemente, um meio principal de comunicação nos domínios públicos, não somente em cenários institucionais mas também nas interações quotidianas urbanas em espaços públicos, tais como restaurantes, ruas, mercados, etc. Foi feito um esforço para alargar a comunidade de falantes do português através da expansão da educação e campanhas de alfabetização, sendo que ambos os processos foram conduzidos em português. É assim que, inclusivamente, foi exercida pressão sobre a população em geral, de modo que o português fosse amplamente usado, como se podia notar, por exemplo, nos avisos afixados em repartições públicas que lembravam às pessoas que era obrigatório o uso da língua oficial¹³. Em algumas reuniões públicas a tradução do português para as línguas autóctones era evitada, de modo a reforçar a importância do português como língua oficial e símbolo da unidade nacional.

Esta política favorável ao português levou a um clima conducente à sua apropriação, com a conseqüente expansão para novos falantes e novos domínios. À medida que as pessoas usavam o português de diferentes maneiras, ele começou a transcender o seu papel de instrumento político e administrativo para se tornar um veículo de novos tipos de mensagens comunicativas e simbólicas relacionadas com a vitalidade da nova vida

¹² A ideia da nostalgia colonial também perdia sentido, se se tiver em consideração o radicalismo da esquerda que caracterizou o regime vigente após a independência nacional de Moçambique.

¹³ Alguns dos avisos podiam dizer literalmente «é expressamente obrigatório falar a língua oficial» (cf. Rosário, 1982, p. 64).

nacional em Moçambique. O número de falantes do português também subiu significativamente, especialmente nos centros urbanos¹⁴. Com efeito, em 1980, segundo os dados do *Recenseamento Geral de População* (RGP), 24,4% da população de Moçambique reivindicou que sabia português, dos quais 23,2% como língua segunda e 1,2% como falantes nativos. Em 1997, segundo o *Recenseamento Geral de População e de Habitação* (RGPH), os que declararam que sabiam falar português já atingiam a cifra de 39,0%. Entre a população urbana esta cifra já rondava os 72,0%, contra 25,0% nas zonas rurais (cf. apêndice).



Em consequência da expansão do seu uso, o português começou a ocupar novas funções discursivas ligadas às novas atitudes sociais que surgiam no Moçambique pós-colonial. A língua passa a expressar uma nova ideologia e a veicular novos valores simbólicos, que se correlacionam com novas características gramaticais e retóricas que os seus falantes têm de manipular. Deste modo, o português acaba por ser visto cada vez menos como um elemento intruso e exógeno para as realidades moçambicanas, especialmente nas áreas urbanas, uma vez que passa a ser usado para pôr em prática relações tipicamente moçambicanas e para invocar realidades sociais particulares do Moçambique actual, tal como será demonstrado no que se segue.

¹⁴ Em conexão com este ponto há uma assunção de que os países africanos utentes do português fizeram mais para a expansão do português nos poucos anos de independência do que aquilo que as autoridades coloniais portuguesas fizeram durante o período colonial (Ferreira, 1988, p. 38).

A reconstrução do português em Moçambique

O português está a interiorizar-se no contexto sócio-cultural do Moçambique pós-colonial, podendo argumentar-se que está a sofrer um processo de «nativização». Este processo corresponde ao desenvolvimento de uma nova ideologia linguística, à medida que as autoridades oficiais e a opinião pública concebem e reconhecem o português como uma língua oficial e língua franca. Paralelamente ao desenvolvimento e consolidação desta ideologia linguística, a língua portuguesa em Moçambique vai incorporando novas características linguísticas distintivas. Assim, o processo de nativização do português compreende duas dimensões: uma sócio-simbólica, com a emergência de novas atitudes e ideologias sociais face ao uso da língua; outra linguística, com o desenvolvimento de novas formas de uso da língua.

Mudança sócio-simbólica

Um aspecto crucial na emergência de novas atitudes face ao uso da língua portuguesa no Moçambique pós-colonial está ligado à sua promoção como língua oficial e como símbolo da unidade nacional. A apropriação social do português é uma consequência do facto de que as pessoas o associam a estes papéis e o reconhecem como um instrumento vital para a integração social e construção da nação-estado. Neste processo, o português tem estado a sofrer uma transformação ideológica e a adquirir valores sócio-simbólicos que surgem em conexão com o ambiente político, social, cultural e económico da nação-estado moçambicana independente.

Uma variedade de casos ilustra o reconhecimento social do português como um instrumento vital da integração social e construção da nação-estado em Moçambique. Um dos exemplos pode ser o esforço frenético dos representantes das autoridades no sentido de reforçarem a política linguística oficial conducente à apropriação da língua portuguesa, como é o caso de repartições públicas ostentando dísticos que incitam as pessoas a usá-la¹⁵. Outro exemplo é a pronta vontade das pessoas para usarem o português como língua de união nacional, especialmente em lugares onde se encontram regularmente pessoas de origens diferentes. Por exemplo, em Maputo dirigir-se a uma pessoa desconhecida na língua autóctone pode ser encarado como uma ofensa e um sinal

¹⁵ Cf. Rosário (1982), p. 64, tal como está indicado na nota 21.

de «tribalismo». Em consequência directa do conhecimento consciente do papel do português como uma língua de unidade nacional, os cidadãos recriminam os que teimam em não usarem esta língua, principalmente em locais com uma grande diversidade étnica. Note-se o que um residente de Maputo, oriundo da nortenha província de Niassa, chegou a afirmar em 1981:

[...] Todos os dias, qualquer que seja, quando chega à paragem dos machimbombos, pergunta-me se sou o último na bicha. Mas esta pergunta é feita na língua local. Como não oiço, limito-me a responder em macua ou em ajaua que é a língua que conheço. Então a pessoa fica logo um pouco aborrecida comigo. Então logo começa a discussão, dizendo ele que não podia responder em macua ou em ajaua. Pergunto eu em que dialecto posso responder? Ronga, changane, xitsua? Se eu não conheço! *Peço aos naturais quando não conhecem a pessoa é bom falarem com ela em língua oficial porque o ser da mesma raça não significa nada. Somos de vários dialectos* [in Revista *Tempo* n.º 555, 31 de Maio de 1981, p. 50, o itálico é meu].

À medida que a ideologia oficial promove o português como língua oficial e língua de unidade nacional, a consciência da importância dos valores sócio-simbólicos ligados a esta língua é mais consolidada. Por esta razão, o português poderá ser actualmente um dos símbolos que é amplamente reconhecido pelos moçambicanos para marcar a unidade nacional e através do qual a ideia de nação é imaginada e vivida, especificamente entre os moçambicanos urbanizados¹⁶.

Mudança linguística

Do mesmo modo que o português no Moçambique independente está a adquirir novas funções sociais, está também a desenvolver características estruturais e retóricas típicas. O desenvolvimento dessas características é, contudo, uma continuação de um processo que começou antes da independência. Mesmo antes da independência, o português falado em

¹⁶ Note-se, contudo, que o português traz tanto benefícios como desvantagens. Uma vez que muitos moçambicanos rurais têm um contacto mínimo com o português e com os valores ideológicos correlatos, para cuja compreensão o conhecimento do português é fundamental, continua uma questão em aberto, que é saber como o português é percebido ou até mesmo que tipo de consciência nacional é sentida pela população rural. O facto de as actividades nacionais e oficiais serem desenvolvidas exclusivamente em Português pode colocar os não falantes da língua à margem do sistema nacional e motivá-los a criarem formas alternativas de comunhão. Assim, a possibilidade de as populações rurais terem criado solidariedades particulares, em paralelo ou mesmo em oposição à solidariedade nacional promovida pela ideologia oficial, não deve ser ignorada. De certo modo, isto explica a razão por que a ideologia oficial tem evitado confiar nas línguas autóctones e nos valores a elas ligados no projecto de construção da nação em Moçambique. Isto não quer dizer que o discurso oficial nunca se referiu às línguas autóctones, ou ainda que as autoridades não estejam dispostas a reconhecer o seu valor. Em muitas ocasiões, as autoridades mostraram a intenção de o fazerem; no entanto, com pouco sucesso. O problema é que os promotores da ideologia oficial se encontram num dilema: dar ênfase às línguas autóctones e aos valores correlatos, como o que é comumente visto como «tradição», pode causar a erosão da autoridade do Estado «moderno» e da unidade nacional; porém, ao não dar tal ênfase às línguas autóctones, o potencial para a erosão do nação-estado, através de lealdades subnacionais continua, já que a marginalização, em relação ao sistema nacional, daqueles que se relacionam mais facilmente com essas línguas pode conduzir a formas alternativas de concepção da nação-estado.

Moçambique incluía traços típicos largamente propagados, ou seja, os chamados moçambicanismos, usados até pelos colonos portugueses. Tais moçambicanismos podem ser exemplificados com elementos lexicais, como *machimbombo* (o equivalente na forma europeia a *autocarro*, também usada em Moçambique), *maningue* (equivalente a *muito*), *quinhenta* (*cinquenta centavos*, na forma europeia, também usada em Moçambique).

Depois da independência, o uso do português alargou-se e os sinais da sua «moçambicanização» expandiram-se. Enquanto o uso do português se alargava, os mecanismos que haviam contribuído para a aprendizagem e reforço do padrão linguístico se alteraram, dando origem à proliferação de novas formas linguísticas. Por exemplo, com a saída massiva de colonos reduziu significativamente a possibilidade de exposição dos aprendentes da língua portuguesa à norma europeia. De facto, dado o imperativo primordial de se comunicar na língua oficial, formas incorrectas do uso, tomando como referência o padrão europeu, divulgaram-se, até ao ponto de se tornarem tema normal de discussão, por exemplo, na imprensa local. Um objecto frequente de discussão era a violação das normas gramaticais, o que alguns sentiam como uma redução de nível e desrespeito pelo português. Outros, porém, chamaram a atenção para o facto de o português estar a espelhar a transformação que a sociedade estava a sofrer¹⁷, como indica Rosário (1982), com algum exagero, na passagem seguinte:

O traumatismo do «Pretuguês» foi desaparecendo e hoje qualquer cidadão faz questão de se exprimir correctamente em Português e quantos deles, sendo responsáveis de sectores, não fazem brilhantes intervenções numa expressão recheada de neologismos de momento, estruturas totalmente novas e alheias à língua, interferências várias... [p. 65].

Porém, um argumento importante que defende a nativização do português tem mais a ver com a incorporação de traços tais como elementos lexicais e modelos comunicativos que invocam a nova «economia política» em que são usados do que com a «subversão» dos padrões gramaticais europeus. Um exemplo elucidativo é a mudança do uso dos termos *criado* ou *moleque* para *empregado doméstico*. As formas *criado* ou *moleque* eram frequentemente usadas durante o tempo colonial, tendo, portanto, uma conotação racista e opressiva. São, por isso, dificilmente usadas na actualidade em Moçambique,

¹⁷ Albino Magaia, um jornalista e intelectual local bem conhecido, é desta opinião. Num dos seus artigos sobre este assunto, intitulado «Língua: vida de um povo, espelho da sua história», escreveu:

Alterada a correlação política que ligava o português às línguas nacionais (ele transformou-se em língua oficial, língua de unidade) foi por isso e inevitavelmente desarmado do seu papel tradicional de instrumento de opressão cultural. Com uma criatividade exuberante as línguas nacionais violentam-no, viram-no e reviram-no, moldam-no por vezes à sua própria estrutura gramatical, como podemos constatar no dia a dia da nossa revolução. Impossível pretender manter a pureza do português, ou o inverso pretender eliminar as influências por ela exercidas e consolidadas nas línguas nacionais [in Revista *Tempo* n.º 477, p. 33].

onde passou a predominar uma ideologia que fomenta a antidiscriminação e a antiexploração. A expressão *empregado doméstico*¹⁸, actualmente em voga, é mais neutra, reflectindo uma nova percepção social do trabalho doméstico, como resultado de uma mudança no ambiente político, económico e social.

Indícios da nativização: alguns traços

As inovações que caracterizam a língua portuguesa em Moçambique abrangem múltiplas dimensões, que incluem aspectos fonético-fonológicos, morfo-sintácticos, semântico-pragmáticos e retóricos. Os exemplos que se seguem ilustram alguns casos de características linguísticas que indiciam a nativização do português em Moçambique e são fornecidos como uma indicação das tendências que a língua está a tomar, sem nenhuma intenção de dar uma sistematização exhaustiva ou de fazer uma análise linguística extensiva, pois ambos os exercícios estão para além do âmbito deste trabalho, para além de há estudos de outra natureza que exploraram estes aspectos com mais detalhe e profundidade.

Traços fonético-fonológicos

Um aspecto evidente que dá um carácter único ao português falado em Moçambique é a variação do sotaque, que muitas vezes surge em conexão com uma transferência de propriedades das línguas autóctones. Entre os traços que mostram este tipo de transferências incluem-se os seguintes:

- a) Ensurdimento das oclusivas sonoras, típicas dos falantes nativos do emakhuwa. O sistema fonológico do emakhuwa só contém oclusivas surdas e, por isso, não contempla uma distinção fonológica entre oclusivas sonoras e surdas, como o português faz.
Ex. gato [gatu] > [katu].
- b) Fricativização da oclusiva velar sonora, típica dos falantes nativos do Gitonga. O sistema fonológico do Gitonga não contém a oclusiva velar sonora é rara. O som correspondente é uma fricativa velar sonora.
Ex. golo [golu] > [ɣolu].

Traços lexicais

¹⁸ Alguns usam ainda a designação *assistente do lar* para evitar *moleque* ou *criado*.

Observam-se em falantes do Português em Moçambique vários tipos de inovações lexicais que resultam de uma aplicação de diferentes processos, em que se incluem os seguintes:

a) Empréstimos das línguas autóctones.

Ex. Khanimambo, ‘obrigado’, do Xironga e Xichangana.

Ex. Navelar, ‘desejar ou ansiar por alguma coisa’, de «ku-avela», em Xironga e Xichangana. A palavra foi transformada num verbo português pela adição do sufixo verbal português «-ar»

Ex. Dumba-nengue, que literalmente significa ‘confie nas suas pernas’, uma expressão usada em referência a um tipo de mercado informal. A palavra é uma combinação de «ku-dumba», ‘confiar’ e «nengue», ‘pé/perna’. Indica o facto de que os mercados informais são ilegais e, por isso, os vendedores têm que fugir constantemente da Polícia, confiando nas suas pernas.

Ex. Tchova-xitaduma, que literalmente significa ‘vá empurrando, que vai pegar’, usada em referência a um tipo de carroça que é empurrada por um homem. A palavra é uma combinação de «ku-tchova», ‘empurrar’, e «ku-duma», ‘o pegar de um motor’.

Todas estas palavras são largamente conhecidas e/ou empregues por muitos falantes do Português em Maputo, independentemente de saberem ou não as línguas locais.

b) Neologismos morfológicos, que são derivados através de uma sobre-generalização de processos morfológicos existentes na língua. Exemplos:

Ex. bichar, ‘formar bicha’.

No exemplo, um substantivo, bicha, foi verbalizado através da adição do sufixo de terminação verbal «-ar». Este processo ocorre em Português em pares como «ficha/fichar», «caça/caçar», ou «canto/cantar». O verbo «bichar» porém, não é conhecido no Português europeu.

Ex. confusionar, de confusão.

No exemplo, há uma sobre-generalização de um padrão que pode ser reconhecido na língua, tal como no par «adição/adicionar». Os nomes que terminam em «-ão» podem ser verbalizados através da substituição desta terminação por «-ionar». Tal regra é aplicada em «confusionar».

Ex. bisnisseiro, ‘homem de negócios, contrabandista’, do Inglês business.

No exemplo, um sufixo tipicamente português «-eiro» é adicionado a uma palavra inglesa «business». O sufixo «-eiro» indica uma relação com um lugar ou uma actividade, como em «caseiro» (‘uma pessoa que gosta de ficar em casa’) ou «mineiro» (‘trabalhador da mina’). A palavra «busnisseiro» é, porém, usada apenas no Português moçambicano, provavelmente como consequência dos contactos com a África do Sul.

c) Neologismos semânticos, que são derivados através de mudanças semânticas em elementos lexicais existentes na língua, quer por via da substituição dos valores originais, quer por via da sua expansão.

Ex. barraca, usada em referência a um tipo de quiosque existente em Maputo, geralmente construído com material precário, como o caniço.

Ex. mola, usada com o significado de dinheiro, como em «Estou sem mola».

Ex. abrir, também usada com o significado de ‘fugir’, ‘ir-se embora’, ou ‘partir’, como em «Ele abriu para a África do Sul», ou «Ele já abriu para a casa».

Ex. batedor, usada com o sentido de ‘ladrão’, como em «batedor de carros». Deriva do verbo «bater», que no Português informal moçambicano pode também significar ‘roubar’.

Morfo-sintaxe

Podem encontrar-se exemplos de padrões morfo-sintácticos inovativos em Maputo, em que se incluem os seguintes:

a) Retenção *in situ* da preposição depois do verbo e inserção de um pronome resumptivo, em frases com um verbo preposicional numa oração relativa. No modelo europeu, nesta construção, a preposição é «movidá» para a posição inicial da oração relativa, precedendo a conjunção que a introduz. Exemplos:

Ex. O rapaz que ela gostava dele é moçambicano.

O exemplo usa o verbo «gostar de» e, seguindo o modelo europeu, a frase deveria ser tal como a seguinte:

Ex. O rapaz de que ela gostava é moçambicano.

b) Substituição das formas dativas por formas acusativas dos pronomes pessoais.

Ex. Este João José é primo directo de José Jaime mas, mesmo assim, ele conseguiu *matá-lhe*, tirar-lhe a viatura e vender ao preço de 70 milhões.¹⁹

No modelo europeu, o verbo «matar» requer um paciente com o papel sintáctico de objecto directo. Assim, o sintagma nominal que representa o paciente deveria ser pronominalizado por um pronome pessoal acusativo, originando a seguinte frase:

Ex. Este João José é primo directo de José Jaime mas, mesmo assim, ele conseguiu *matá-lo*, tirar-lhe a viatura e vender ao preço de 70 milhões.

Parece que os falantes estão a anular a diferença nos papéis semânticos relacionados com os pronomes directos e indirectos em formas que no modelo europeu são associadas somente a objectos indirectos.

c) Construção de frases com a chamada passiva dativa, em que um sintagma nominal com o caso dativo passa à posição de sujeito. Esta construção, que é possível em muitas línguas (tais como o Inglês e as línguas bantu), é agramatical no modelo europeu do Português. Neste modelo, o sujeito de uma frase passiva geralmente deve desempenhar o papel de paciente e estar no caso acusativo.

Ex. *Nós fomos ditos que hoje não há aulas.*

O pronome pessoal «Nós» representa o objecto indirecto com um caso dativo e, por isso, não se pode tornar sujeito de uma frase passiva. O exemplo seguinte mostra uma construção similar:

¹⁹ Extraído de uma entrevista transmitida no programa ONDA MATINAL, da Rádio Moçambique, em Maputo. Os nomes das pessoas foram mudados.

Ex. *Nenhum cidadão poderá ser negado o direito de se queixar ou apresentar petições aos órgãos competentes*, quando se sentir lesado nos seus direitos.²⁰

Neste exemplo, o verbo «negar» toma dois argumentos internos: um paciente, neste caso, o longo sintagma nominal «o direito de se queixar ou apresentar petições aos órgãos competentes»; e um beneficiário, no caso, «nenhum cidadão», que no modelo europeu tem de ser precedido pela preposição «a», como é normal com todos os objectos indirectos em Português. O exemplo anterior é uma frase passiva que se desvia da norma europeia por ter como sujeito um sintagma nominal que corresponde a um objecto indirecto com um caso dativo na frase activa correspondente. Tal desvio pode ser relacionado com a tendência para omitir preposições de verbos preposicionais. O sintagma nominal «nenhum cidadão» é deslocado para a posição inicial da frase, sem a necessária preposição. Se este fosse o caso, «a nenhum cidadão» não se poderia tornar sujeito; pelo contrário, tal papel gramatical seria ocupado pelo sintagma nominal «o direito de se queixar ou apresentar petições aos órgãos competentes,» como na frase seguinte.

Ex. *A nenhum cidadão poderá ser negado o direito de se queixar ou apresentar petições aos órgãos competentes* quando se sentir lesado nos seus direitos.

d) Neutralização da oposição entre os pronomes pessoais «tu» e «você» e a correlata flutuação no uso dos correspondentes padrões de concordância.

De acordo com Cintra & Cunha (1984), a forma «tu» é usada, no Português europeu, quando estão envolvidas a proximidade e a intimidade, tal como de pais para filhos/as, de avós para netos/netas, de tios/para sobrinhos/as, e entre irmão e irmãs, marido e esposa, ou colegas de trabalho da mesma idade. Ultimamente, tem-se estendido a interações que envolvem pessoas na mesma profissão, membros de um mesmo partido, bem como entre um(a) filho(a) e os pais. A forma «você», por outro lado, é normalmente usada por uma pessoa com um estatuto superior em termos de idade, classe social ou posição hierárquica, para outra pessoa com estatuto mais baixo, ou quando o interlocutor tem o mesmo estatuto social. Em termos de concordância verbal, «tu» é usado como segunda pessoa do singular, enquanto «você» é usado como terceira pessoa. Ambos, porém, referem-se à pessoa a quem o falante se dirige. Em frases imperativas, a forma «tu»

²⁰ Extraído de uma entrevista com um político local num programa da Rádio Moçambique, conhecido por SABADAR.

requer o próprio imperativo, formado a partir do presente do indicativo, enquanto «você» requer o presente do conjuntivo.

Em Moçambique, a distinção entre «tu» e «você» é frequentemente neutralizada, e têm surgido duas situações: ou as duas formas são usadas alternadamente, ou «você» toma o lugar de «tu.»²¹. Uma consequência da neutralização da diferença entre «você» e «tu» é a frequente confusão nos correspondentes padrões de concordância gramatical, geralmente com o «você» a tomar as formas de concordância que correspondem a «tu», tal como é exemplificado na frase seguinte.

Ex. Se deseja trabalhos de tipografia e litografia, exige qualidade consulte-nos.

Esta frase, que é extraída de um anúncio comercial no semanário *Savana* (21 de Outubro de 1994), usa três formas verbais, «deseja», «exige», e «consulte-nos» com diferentes padrões de concordância. Duas das formas, «deseja» e «consulte-nos», estão em concordância com «você», e, por esta razão, seria de esperar que «exige» fosse substituído por «exija», para estar de acordo com «você». Assim, a frase correspondente, seguindo o modelo europeu, seria:

Ex. Se deseja trabalhos de tipografia e litografia, exija qualidade. Consulte-nos!

Traços retóricos

A língua portuguesa é usada em Moçambique com a manipulação de estratégias retóricas distintivas, ou seja, dispositivos discursivos por meio dos quais os actores sociais concebem e interpretam os significados referenciais e sociais. Elas representam os aspectos culturais que funcionam como «índices de contextualização» (Gumperz, 1982) que tipificam e manifestam o significado das actividades sociais, quando as pessoas interagem umas com as outras. Já que elas emergem com a participação cooperativa em contextos similares de interacção social ao longo do tempo, também cumprem funções simbólicas que dão identidade aos grupos sociais. Tal é o caso de usos linguísticos que só podem ser efectivamente entendidos no contexto das interacções sociais que ocorrem em Maputo, como se pode notar, por exemplo, em palavras e frases em Português em que há uma incorporação de imagens e metáforas do sistema cultural local, para se aumentar a expressividade, através do apelo às práticas e símbolos sócio-culturais locais. Para quem não está familiarizado com as práticas e símbolos sócio-culturais locais, muitos destes

²¹ Uma situação similar é típica no Português brasileiro.

dispositivos discursivos são opacos, independentemente do seu conhecimento do Português. Apresentam-se a seguir alguns casos da aplicação desta estratégia:

a) Uso da palavra *cabrito*

Exemplos:

Vai ali um *cabrito*.

Ontem tive que *cabritar* no hospital.

O sentido das duas frases não pode ser entendido sem ter em conta a realidade cultural de Moçambique. A palavra *cabrito*, tal como foi usada, invoca o conceito de corrupção, já que, como no adágio popular se assume que «o *cabrito* come onde está amarrado», isto é, come o capim que se encontra à sua volta, também o corrupto tira partido das oportunidades que se lhe oferecem onde estiver, como, por exemplo, no seu posto de trabalho. Assim a palavra *cabrito* acaba por ter o significado de corrupto, de onde se poderá formar o verbo *cabritar* e o substantivo *cabritagem*.

b). Uso do termo «malume» e do seu correlato «ntukulo»

Exemplo:

Pessoa A: Malume, chegou o dia, vamos todos votar, não é ?

Pessoa B: É verdade n'tukulo! Mas, atenção, não vais com essa camisete nem as bandeiras, OK ?

Este diálogo, extraído do diário *Notícias* (27 de Outubro de 1994), é parte de uma mensagem de mobilização das pessoas para votar e tem a intenção de lhes explicar os procedimentos. A referência a camisetes e bandeiras está relacionada com o facto de os votantes estarem interditos de levar qualquer símbolo alusivo aos partidos e candidatos concorrentes às eleições. A mensagem constrói a sua intenção comunicativa fazendo referência a um aspecto fundamental das sociedades patrilineares no sul de Moçambique, nomeadamente a relação de jocosidade entre o «malume», irmão da mãe, e o «ntukulo», o filho da irmã (cf. Junod, 1962 [1927]; Kuper 1981; Radcliffe-Brown, 1940).

c) O uso do epíteto *xiconhoca*.

A palavra «Xiconhoca» foi introduzida em Moçambique como nome de uma personagem construída numa série de caricaturas muito divulgadas, representando os comportamentos depreciados na sociedade moçambicana. O «Xiconhoca» era suposto ser «o inimigo do povo», cujos valores morais e políticos o colocavam à margem do resto da sociedade. A palavra «xiconhoca» é um jogo que combina «xico», relacionado com

Chico (diminutivo de Francisco), carregado de conotações de esperteza, e «nhoca», que significa «cobra» em muitas línguas locais, o que se associa a perigo e maldade impiedosa. Assim, o «xiconhoca» é alguém visto como sendo prejudicial à sociedade, que, por meio de manobras perniciosas, tenta satisfazer as suas ambições egoístas.

d) O uso da palavra *ngoma*.

A palavra «ngoma», em algumas línguas locais tem o significado de «tambor» e, por extensão, também «música», ou mesmo «conjunto musical tradicional». O significado e as conotações desta palavra têm sido largamente explorados no Português falado em Moçambique. Por exemplo, a popular parada de sucessos da música moçambicana é designada por «Ngoma-Moçambique.»

e) O uso da palavra *xikwembo*.

A palavra «xikwembo» refere-se a um espírito encarnado por um *medium* tradicional quando está em transe. Acredita-se que um «xikwembo» tem super-poderes que podem afectar a vida de qualquer pessoa, por vezes com intenções malignas. Um «xikwembo» pode também ter poderes de protecção. O uso de «xikwembo» pode ser ilustrado pela passagem que se segue, extraída de uma carta de um leitor num jornal local. Um conhecido embaixador ocidental em Maputo, que se havia envolvido numa controvérsia diplomática, foi acusado de ter *xikwembos*:

Ex. «Os *xikwembos* do embaixador (...) . Espero que os espíritos dos nossos antepassados, particularmente dos que se bateram contra a dominação do nosso país, nos iluminem os caminhos para escaparmos dos *xikwembos* do Sr. Embaixador (in *Jornal Domingo*, 16 de Outubro de 1994).

f) O uso da palavra *porcos*

Em Moçambique, as pessoas veneram os antepassados mortos, que se acredita que dão protecção aos seus descendentes (cf. Fortes & Dieterland 1965). No sul de Moçambique, estes antepassados são geralmente designados por «nguluve (singular) /tinguluve (plural)», palavras que, em algumas línguas autóctones, são homófonas de outras que em Português se traduzem por «porco/porcos.» Esta associação de «nguluve/tinguluve» tanto com «antepassados mortos» e «porco», motiva este uso de «porco» com o novo significado de antepassado, tal como na frase seguinte:

Ex. Fui à Gaza visitar os meus porcos.

Natureza das inovações e a institucionalização do português em Moçambique

Dado que, como é bem sabido em Sociolinguística, uma língua nunca é usada como uma instituição social homogénea, que seja uniformemente manipulada por todos os falantes em todas as situações comunicativas, a variação faz parte do modo como as pessoas usam o português em Moçambique. Parte desta variação está relacionada com diferentes manipulações das formas linguísticas que tipificam o português falado em Moçambique. Estas formas não estão uniformemente distribuídas por todas as pessoas em Moçambique, nem são usadas em todas as situações comunicativas. As atitudes de aceitação, tolerância ou rejeição podem variar de falante para falante, de situação para situação ou de acordo com a própria forma linguística. Este ponto é significativo, especialmente no que se refere à associação de línguas ex-coloniais, como é o caso do Português, com práticas elitistas. Frequentemente, a crítica contra as línguas ex-coloniais toma a língua como uma entidade singular homogénea, ignorando as complexidades envolvidas no modo como a língua é manipulada quando os falantes participam em interações sociais. Por exemplo, em Moçambique, a associação do português com prestígio social e estatuto social alto é mais indiciado pelas formas de linguagem que se usam do que pelo conhecimento da própria língua em si. Por outras palavras, não basta saber português; mais do que isso, é preciso conhecer formas específicas do seu uso, geralmente associadas a pessoas escolarizadas, e ser capaz e/ou tentar falá-lo de forma gramaticalmente «correcta».

Assim, o português em Moçambique pode ser visto como um *continuum* que oscila desde as formas do mau português (pejorativamente chamado *pretoguês*) até às formas mais próximas do português europeu, cujo modelo europeu ainda é considerado como o padrão e, teoricamente, continua a ser difundido nas escolas. Isto implica que a maior parte das formas valorizadas e/ou formais do português em Moçambique tendem a apresentar poucos desvios. As pessoas, porém, também reagem negativamente face a tentativas explícitas e exageradas de seguir as formas mais próximas do português europeu. Deste modo, o modelo europeu que é valorizado em Moçambique tem estado a ser reconstruído para seguir padrões linguísticos específicos socialmente aceitáveis. Por outras palavras, há, em Moçambique, uma construção social do português, um processo que criativamente faz uso dos recursos disponíveis no modelo europeu, bem como de

inovações enraizadas nas condições políticas, económicas, sociais, culturais e linguísticas prevalentes no país.

Com efeito, existe uma dimensão de criatividade no desenvolvimento de uma «competência comunicativa» ou «aceitabilidade social» associada à manipulação do português em Moçambique, não só na criação de traços linguísticos tipificadores, mas também no seu uso em situações concretas de comunicação. Tal como tem sido afirmado em estudos que consideram as dimensões sócio-culturais na mudança linguística, a inovação linguística está ligada às mudanças no contexto social. Os traços que tipificam o português constituem algumas «estratégias retóricas» e «índices de contextualização» que garantem a cooperação social como veículos da intenção comunicativa e símbolos que indicam a identidade dos membros da sociedade moçambicana (Gumperz, 1982). Neste sentido, no contexto social da sua ocorrência, o uso destas formas do português em Moçambique deve ser visto como natural, porque elas estão envolvidas nas interações sociais que emanam da atmosfera sócio-cultural (Gal, 1979). A criatividade surge quando os actores sociais manipulam os recursos na(s) língua(s) que fala(m) para construir e conceber significados relacionados com esta atmosfera social. É por isso que se pode argumentar que a nativização do Português em Moçambique não é meramente manifestada pelas novas formas em si, mas sobretudo pela maneira como estas formas são integradas nas práticas interacionais. O português em Moçambique está num processo de nativização, primariamente porque está associado a um novo sistema discursivo e ideológico, que está relacionado aos contextos político, social, económico e cultural, a partir dos quais o seu uso (e, conseqüentemente, o das novas formas linguísticas) pode ser entendido.

4. A problemática da inserção do Português num contexto pós-colonial como o de Moçambique: dilemas e desafios

Um tema persistente na literatura sócio-linguística sobre os países africanos relaciona-se com a chamada «questão linguística», ou seja, o dilema resultante da predominância institucional das línguas ex-coloniais sobre as línguas de origem local (Heine, 1992). De facto, a escolha entre as línguas de origem local e as línguas ex-coloniais, muitas vezes também designadas por «línguas de comunicação mais ampla», ilustra um dilema fundamental por que passam os países em desenvolvimento, como tem sido referido por diversos autores. Para alguns estudiosos, como é o caso de Geertz (1973), este dilema

resulta de dois objectivos diferentes que os países em desenvolvimento tendem a perseguir: por um lado, a necessidade de estabelecerem um ambiente «comunicacional» que possa conduzir à modernidade e, por outro lado, o desejo de preservarem as tradições indígenas. Assim, a adopção de uma «língua de comunicação mais ampla», o que ocorreu na maioria dos países africanos pós-coloniais (Heine, 1992), tem sido justificada com o facto de ela ser vital para o funcionamento das instituições políticas, económicas e sociais dos novos Estados. Uma outra justificação é a de que a «língua de comunicação mais ampla» reforça a integração de diferentes grupos no sistema nacional, onde supostamente uma língua de origem local teria efeitos destrutivos. Adicionalmente, assume-se que as «línguas de comunicação mais ampla» facilitam a inevitável integração do país pós-colonial no sistema económico internacional.

Há, contudo, opiniões que se opõem à continuidade do uso e/ou à oficialização das línguas ex-coloniais. A oposição à sua oficialização baseia-se no facto de elas serem consideradas não só entidades exógenas, mas também elementos com efeitos detrimenais no processo da formação de uma nação-estado em África. Por exemplo, algumas opiniões apontam que um olhar atento às justificações habituais para o uso das «línguas de comunicação mais ampla» levanta questões que as põem em causa, como, por exemplo, o facto de estas línguas serem acessíveis a uma pequena porção da sociedade e, portanto, tal como as línguas de origem local, poderem ter efeitos divisórios. Mazrui e Tidy (1984) argumentam ainda que, embora as «línguas de comunicação mais ampla» ajudem a integrar África na cultura mundial e sejam politicamente neutras dentro do contexto da diversidade étnica que caracteriza os países africanos, as línguas ex-coloniais não encorajam a integração nacional (cf. p. 300). Outros ainda questionam a continuidade do uso destas línguas com o argumento de que elas são entidades intrusivas cuja institucionalização se correlaciona com políticas elitistas (Myers-Scotton, 1993; Ngugi, 1987), assim como com a alienação da população do que é concebido como sendo identidade africana genuína e autêntica (Ngugi, 1987). Ainda outros relacionam a preferência pelas línguas ex-coloniais com a estagnação económica. Para estes, o uso destas línguas não estimula a participação activa das massas na conceptualização e implementação de políticas desenvolvimentistas (Djité, 1991).

As diferentes perspectivas com que se analisa a situação linguística dos países africanos pós-coloniais requerem um reexame, uma vez que os pontos de vista sobre a coexistência das línguas ex-coloniais e das línguas autóctones têm sido influenciados por considerações ideológicas que, embora possam ser justificadas pela postura anticolonial,

falham em reconhecer o estado actual do cenário linguístico. Passadas quatro décadas desde o advento das independências em África, as línguas ex-coloniais expandiram o seu espaço e papel sociais, quer como entidades simbólicas, quer como meros meios de comunicação. Simultaneamente, as línguas autóctones não permaneceram estáticas, ou seja, elas também adquiriram novas funções sociais, em consequência da sua adaptação à dinâmica funcional dos países pós-coloniais. Por esta razão, perspectivar a coexistência das línguas ex-coloniais com as línguas autóctones como necessariamente conflitual, no pressuposto de estes dois grupos de línguas poderem ser contrastados em termos de legitimidade, endogeneização ou utilidade para o desenvolvimento nacional, parece ser uma simplificação da situação actual. O uso das línguas ex-coloniais poderá ter efeitos negativos mas tal não ocorrerá sempre e nem exclusivamente com estas línguas. Similarmente, as línguas autóctones não são necessariamente a panaceia para os problemas linguísticos em países africanos, embora até possam ter efeitos positivos. Tenham-se em conta os casos de Chichewa, no Malawi, durante a presidência de Banda (cf. Foster, 1994), e do Lingala, no Zaire (Goyvaerts, 1995). Nestes dois casos exemplificativos, as línguas autóctones estavam associadas a políticas divisionárias, elitistas e hegemónicas.

De facto, tem-se argumentado que as «línguas de comunicação mais ampla» se encontram num processo de mudanças estruturais e sócio- -simbólicas, de tal modo que novas funções e novos usos estão sendo criados para as línguas ex-coloniais. Trata-se de um processo sócio-linguístico que desemboca na institucionalização das chamadas «variedades não nativas» (Kachru, 1982; Moag, 1982), variavelmente designado por «nativização» (Kachru, 1982; Schmied, 1991, p. 196), «adaptação linguística» (Schmied, 1991, p. 196), «deslocação contextual» ou transplantação (Kachru, 1982, p. 43), ou «indigenização» (Moag e Moag, 1977, p. 3; Moag, 1982, p. 273).

As mudanças simbólicas e estruturais por que estão a passar as «línguas de comunicação mais ampla» recomendam uma nova conceptualização da sua coexistência com as línguas autóctones e uma nova formulação dos objectivos que os definidores das políticas linguísticas em África perseguem. As línguas ex-coloniais, como já foi referido, não permaneceram como produtos estáticos, tendo adquirido significados simbólicos e traços estruturais novos que as elevam a um estatuto de variedades linguísticas com um valor próprio. Deste modo, elas já não podem ser consideradas exclusivamente como meras distorções folclóricas das línguas europeias. Como Tengan (1994) referiu, as sociedades africanas nunca foram sistemas fechados imunes à integração de novos

elementos e transformações ou mudanças resultantes de influência externa. Antes pelo contrário, elas mantêm estruturas abertas que num processo contínuo permitem que novas realidades e elementos vindos de fora possam ser absorvidos, transformados e adaptados aos contextos africanos. As transformações dos padrões das línguas europeias em África são parte deste processo à medida que se adequam a realidades políticas e sócio-culturais em rápida mudança (cf. pp. 128-130).

Os argumentos que problematizam a implantação das línguas ex-colónias em contextos pós-coloniais, mostram que a situação do Português em Moçambique encerra dilemas. Sendo verdade, pelo que foi exposto ao longo do artigo, que há indicações para se aventar está num processo de implantação progressiva, como desmontar a expansão dos seus usos e utentes bem a sua legitimação através de um contexto ideológico propício, tal não deixa de ser problemático. Com efeito, a implantação do português em Moçambique não está dissociada de alguns desafios que se prendem com o facto de não ser conhecido e/ou usado por todos e por todo o Moçambique, para além de que o repertório linguístico de muitos cidadãos em Moçambique incluir formas linguísticas associadas a outras línguas, mormente as línguas bantu. Como já foi demonstrado durante a caracterização linguística de Moçambique, há desequilíbrios no conhecimento e/ou uso do Português relacionados com idade, género, área de residência, nível de escolarização, região, que devem ser devidamente equacionados na implementação de uma política linguística no país. Mesmo o contexto ideológico que orienta a opção pelo Português pode ser questionado. Por exemplo, uma vez que muitos moçambicanos rurais têm um contacto mínimo com o português e com os valores ideológicos correlatos, para cuja compreensão o conhecimento do português é fundamental, continua uma questão em aberto, que é saber como o português é percebido ou até mesmo que tipo de consciência nacional é sentida pela população rural. O facto de as actividades nacionais e oficiais serem desenvolvidas exclusivamente em Português pode colocar os não falantes da língua à margem do sistema nacional e motivá-los a criarem formas alternativas de comunhão. Assim, a possibilidade de as populações rurais terem criado solidariedades particulares, em paralelo ou mesmo em oposição à solidariedade nacional promovida pela ideologia oficial, não deve ser ignorada. De certo modo, isto explica a razão por que a ideologia oficial tem evitado confiar nas línguas autóctones e nos valores a elas ligados no projecto de construção da nação em Moçambique. Isto não quer dizer que o discurso oficial nunca se referiu às línguas autóctones, ou ainda que as autoridades não estejam dispostas a reconhecer o seu valor. Em muitas ocasiões, as autoridades mostraram a intenção de o

fazerem; no entanto, com pouco sucesso. O problema é que os promotores da ideologia oficial se encontram num dilema: dar ênfase às línguas autóctones e aos valores correlatos, como o que é comumente visto como «tradição», pode causar a erosão da autoridade do Estado «moderno» e da unidade nacional; porém, ao não dar tal ênfase às línguas autóctones, o potencial para a erosão do nação-estado, através de lealdades subnacionais continua, já que a marginalização, em relação ao sistema nacional, daqueles que se relacionam mais facilmente com essas línguas pode conduzir a formas alternativas de concepção da nação-estado.

5. Conclusão

O presente artigo discutiu processos sociais e linguísticos envolvidos na implantação da língua portuguesa em Moçambique. Começou por descrever a situação linguística de Moçambique, como forma de se entender o contexto em que o português está implantado neste país, ao que se seguiu a caracterização do processo da sua inserção no contexto moçambicano, bem como os aspectos problemáticos daí decorrentes.

Assim, ao tratar da institucionalização do português em Moçambique, o artigo analisou os processos que determinaram a sua mudança da posição de língua colonial para a de língua que é reconhecida como língua oficial e símbolo da unidade nacional. Colocou-se a ideia de que o português está a sofrer um processo de nativização, já que se associa a novos valores sócio-simbólicos e traços linguísticos. Esta nativização, no entanto, tem mais a ver com o novo uso social do que com a diferenciação da língua em si. Ao português em Moçambique é conferido um carácter singular pela ideologia que motiva os seus usos e não somente pelas suas inovações linguísticas.

6. Bibliografia

- CUNHA, C., e CINTRA, L. (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa.
- DJITÉ, Paulin G. (1991), Langues et Development en Afrique, *Language Problems and Language Planning*, vol. 15, n.º 2, pp. 121-138.

- FERREIRA, Manuel (1988), *Que Futuro para a Língua Portuguesa em África?* Linda-A-Velha, ALAC (Edições A Preto e Branco).
- Firmino, Gregório (2000). *A Situação Linguística de Moçambique: Dados do II Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997*. Maputo: INE
- Firmino, Gregório (2001). *A “Questão Linguística” na África Pós-Colonial: O Caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia
- FORTES, M., e DIETERLEN, G. (1965), *African Systems of Thought*, Oxford, Oxford University Press.
- FOSTER, Peter G. (1994), Culture, Nationalism, and the Invention of Tradition in Malawi, *The Journal of Modern African Studies*, 32, 3, pp. 477-497.
- GAL, Susan (1979), *Language Shift: The Social Determinants of Linguistic Change in Bilingual Austria*, New York, Academic Press.
- GANHÃO, Fernando (1979), O Papel da Língua Portuguesa em Moçambique, comunicação apresentada no *I Seminário Nacional sobre o Ensino da Língua Portuguesa*, Maputo, Moçambique.
- GEERTZ, Clifford (1973a[1963]), The Integrative Revolution: Primordial Sentiments and Civil Politics in the New States, *The Interpretation of Cultures*, New York, Basic Books, pp. 255-310.
- GONÇALVES, Perpétua (1990[1983]), Situação Actual da Língua Portuguesa em Moçambique, in *Actas: Congresso Sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa, ICALP, pp. 243-251.
- GOYVAERTS, Didier L. (1995), The Emergence of Lingala in Bukavu, Zaire, *The Journal of Modern African Studies*, 33, 2, pp. 299-314.
- GUMPERZ, John (1982), *Discourse Strategies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Guthrie, M. (1967-81). *Comparative Bantu: An Introduction to the Comparative Linguistics and Prehistory of the Bantu Languages*. Hants: Gregg International Publishers
- HEINE, Bernd (1992), Language Policies in Africa, in R. K. Herbert (ed.), *Language and Society in Africa*, Johannesburg, Witwatersrand University Press, pp. 23-35.
- HELGESSION, Alf (1994), *Church, State and People in Mozambique. An Historical Study with Special Emphasis on Methodist Developments in the Inhambane Region*, Uppsala, Uppsala University (Studia Missionalia Upsaliensia).
- HONWANA, Raúl Bernardo (1989), *Memórias*, Lisboa, Edições ASA.
- JUNOD, H. P. (1962 [1927]), *The Life of a South African Tribe*, New York, University Books.

- KACHRU, Braj B. (1982), Models for Non-Native Englishes, in B. Kachru (ed.), *The Other Tongue: English Across Cultures*, Urbana-Champaign, IL, University of Illinois Press, pp. 31-57.
- KACHRU, Braj B. (1986), *The Alchemy of English: The Spread, Functions and Models of Non-native Englishes*, Oxford, Pergamon Press.
- KUPER, Adam (1981), Tied by Bridewealth: The Tsonga Case, in E. J. Krige e J. Camaroff (eds.), *Essays in African Marriage in Southern Africa*, Cape Town, Juta, pp. 68-83.
- MAZRUI, Ali, e TIDY, M. (1984), *Nationalism and the New States in Africa*, Londres, Heinemann.
- Moag, Rodney (1982), Life Cycle of Non-Native Englishes, in B. Kachru (ed.), *The Other Tongue: English Across Cultures*, Urbana-Champaign, IL, University of Illinois Press, pp. 270-288.
- MOAG, Rodney, e MOAG, Louisa B. (1977), English in Fiji: Some Perspective and the Need for Language Planning, *Fiji English Teacher's Journal*, 13, pp. 2-26.
- MONDLANE, Eduardo (1976 [1969]), *Lutar por Moçambique*, Lisboa, Sá da Costa.
- MYERS-SCOTTON, Carol (1993), Elite Closure as a Powerful Language Strategy: The African Case, *International Journal of Sociology of Language*, 103, pp. 149-163.
- NELIMO (1989). *I Seminário Sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*. Maputo: INDE/NELIMO
- NEWITT, Malyn (1995), *A History of Mozambique*, Bloomington & Indianapolis, Indiana University Press.
- NGUGI, Wa Thiongo (1987), *Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature*, Harare, Zimbabwe Publishing House.
- OKARA, Gabriel (1963), African Speech ... English Words, *Transition*, vol. 3, n.º 10, pp. 15-16.
- PENVENNE, Jeanne (1992), *The Unmaking of an African Bourgeoisie, Lourenço Marques, Mozambique*, Boston, MA, Boston University, African Studies Center (working papers n.º 57).
- PENVENNE, Jeanne (1995), *African Workers and Colonial Racism*, Portsmouth, NH. Heinemann.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. (1940), On Joking Relationships, *Africa*, XIII, 3, pp. 195-210.
- ROSÁRIO, Lourenço (1982), Língua Portuguesa e Cultura Moçambicana: De Instrumento de Consciência e Unidade Nacional a Veículo e Expressão de Identidade Cultural,

in *Cadernos de Literatura*, Coimbra, Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, pp. 58-66.

SCHMIED, J. (1991), *English in Africa, An Introduction*, Nova Iorque, Longman.

Sitoe, B. & A. Ngunga (2000). *Relatório do II Seminário Sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*. Maputo: NELIMO

TENGAN, A. B. (1994), *European Languages in African Society and Culture: A View on Cultural Authenticity*, in M. Putz (ed.), *Language Contact and Language Conflict*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, pp. 125-138.

Apêndice

Tabela 1. Línguas maternas
(Fonte: RGPH/97)

Língua Bantu	Português	Desconhecida
93,0	6,0	1,0

Tabela 2. Conhecimento da língua portuguesa
(Fonte: RGPH/97)

Sabe falar LP	Não sabe falar LP	Desconhecido
39,0	59,0	2,0

Tabela 3. Conhecimento da Língua Portuguesa por zonas de residência
(Fonte: RGPH/97)

Zonas	Sabe falar LP	Não sabe falar LP	Desconhecido	Total
Urbano	72,0	27,0	1,0	100,0
Rural	25,0	73,0	2,0	100,0

Tabela 4. Conhecimento da Língua Portuguesa por zonas de residência
(Fonte: RGPH/97)

Conhecimento da LP	Urbano	Rural	Total
Sabe falar LP	55,0	45,0	100,0
Não sabe falar LP	14,0	86,0	100,0

TABELA 5. Conhecimento da Língua Portuguesa por sexos
(Fonte: RGPH/97)

Sexo	Sabe falar LP	Não sabe falar LP	Desconhecido	Total
Homens	50,0	49,0	1,0	100,0
Mulheres	29,0	69,0	2,0	100,0

Tabela 6. Conhecimento da Língua Portuguesa por sexos
(Fonte: RGPH/97)

Conhecimento da LP	Homens	Mulheres	Total
Sabe falar LP	61,0	39,0	100,0
Não sabe falar LP	39,0	61,0	100,0

Tabela 7. Conhecimento da Língua Portuguesa por faixas etárias
(Fonte: RGPH/97)

Grupo etário	Sabe falar LP	Não sabe falar LP	Desconhecido
5-9 anos	22,0	75,0	2,0
10-14 anos	48,0	51,0	1,0
15-19 anos	52,0	47,0	2,0
20-24 anos	46,0	51,0	1,0
25-29 anos	45,0	54,0	1,0
30-34 anos	48,0	51,0	1,0
35-39 anos	43,0	56,0	1,0
40-44 anos	37,0	62,0	1,0
45-49 anos	31,0	67,0	1,0
50-54 anos	27,0	72,0	1,0
55-59 anos	24,0	75,0	1,0
60-64 anos	22,0	77,0	1,0
65-69 anos	17,0	82,0	1,0
70-74 anos	16,0	83,0	1,0
75-79 anos	13,0	86,0	1,0
80 anos e mais	11,0	87,0	1,0

Tabela 8. Conhecimento e uso da Língua Portuguesa
(Fonte: RGPH/97)

Local	Língua materna	Língua falada com mais frequência	Sabem falar
Moçambique	6,0	9,0	39,0
Cabo Delgado	2,0	2,0	22,0
Niassa	4,0	6,0	31,0
Nampula	6,0	6,0	29,0
Zambézia	5,0	7,0	32,0
Tete	3,0	4,0	23,0
Manica	4,0	6,0	38,0
Sofala	10,0	15,0	48,0
Inhambane	3,0	4,0	47,0
Gaza	3,0	4,0	42,0
Maputo	13,0	18,0	68,0
Cidade de Maputo	25,0	36,0	87,0